



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ciências Sociais

Brasil

Marenco, André; Serna, Miguel

Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? recrutamento legislativo em Brasil,
Chile e Uruguai

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, núm. 64, junho, 2007, pp. 93-113
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
São Paulo, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10706408>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

POR QUE CARREIRAS POLÍTICAS NA ESQUERDA E NA DIREITA NÃO SÃO IGUAIS?

Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai

**André Marenco
Miguel Serna**

Na descrição convencional, deputados são motivados por ambição *estática* ou *progressiva*, adotando estratégicas eficazes para a manutenção de sua cadeira ou mobilidade na hierarquia de postos políticos. Isto poderia significar, então, que padrões de carreiras políticas são homogêneos, com bases sociais, recursos eleitorais e trajetórias semelhantes, mesmo quando se trata de partidos ou famílias ideológicas diferentes? Os resultados desta pesquisa sugerem que não. Analisamos as variações observadas nos padrões de recrutamento legislativo, entre partidos de esquerda e de direita, em três países da América do Sul (Brasil, Chile e Uruguai), identificando elementos explicativos para dar conta das diferenças encontradas nas carreiras políticas de deputados eleitos.

Este artigo pretende oferecer uma explicação dos diferentes padrões de recrutamento legislati-

vo, elaborando modelos de bases sociais e carreira política de elites, baseados na articulação entre 1) mobilização de recursos políticos eleitorais individuais ou partidários derivados da posição social, tendo em vista a ocupação profissional e a mobilização de recursos coletivos de organizações e associações sociais, e 2) existência de diferentes estratégias partidárias de seleção de candidatos, associadas aos recursos sociais dos candidatos, à posição ideológica e ao tempo de existência de cada organização partidária.

Nesse sentido, a hipótese central que orienta a investigação supõe que diferenças observadas nos padrões de carreira política possam ser explicadas pelas variações no perfil social e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos por cada legenda partidária: os partidos à esquerda, de origem ideológica e mais longevos, recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de mo-

*Artigo recebido em dezembro/2005
Aprovado em abril/2007*

vimentos sociais, os quais, por depender da estrutura organizacional partidária e associativa para compensar a carência de recursos eleitorais próprios, terminam adotando estratégias baseadas em carreiras partidárias endógenas. No extremo oposto, partidos conservadores apresentam padrões de recrutamento social mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária.

Este trabalho aproxima-se, portanto, dos importantes achados de Rodrigues (2002), que identificou as diferentes bases sociais de recrutamento partidário para o caso brasileiro, mas procura dar um passo adiante, utilizando os recursos individuais provenientes da posição social como explicação para os diferentes padrões de carreira política encontrados. Da mesma forma, há uma convergência com o trabalho de Power e Mochel (2006), igualmente preocupados em mostrar as diferenças sociais no recrutamento partidário brasileiro. Contudo, enquanto Power e Mochel fixaram uma relação entre variáveis demográficas da *constituency* eleitoral (mensuradas pelo IDH) e indicadores da *performance* legislativa dos parlamentares eleitos, este trabalho procurou isolar as conexões entre biografias sociais individuais e padrões de carreira política e partidária dos eleitos.

Para verificar esses fenômenos, analisou-se o perfil dos deputados nacionais eleitos, utilizando métodos biográficos. A metodologia focaliza a medição de variáveis vinculadas a: 1) origem social, ocupação profissional; 2) redes sociais e capital associativo; e 3) experiência e carreira política (período de ingresso na carreira política, filiação e fidelidade partidária, cargos ocupados). O resultado oferece um quadro sobre as condições para o ingresso na elite política e como esse acesso foi ampliado pela emergência de partidos de esquerda aos governos nacionais.

Os três países apresentam estruturas políticas diferentes (federal no Brasil; unitária no Chile e no Uruguai), sistemas partidários com configurações e tempo de existência também distintos (concentrado/estável no Uruguai; fragmentado/estável no

Chile; fragmentado/recente no Brasil), regras eleitorais de representação proporcional com variações de voto preferencial, sistemas presidencialistas e estruturas sociais marcadas por graus discrepantes de desigualdades sociais.

O ponto de partida foi delimitar um momento comum aos três casos nacionais examinados, marcado pelo incremento da competição eleitoral e da conquista de governos centrais por partidos ou coalizões de esquerda – Ricardo Lagos no Chile, em 2000, Lula no Brasil em 2002 e Vazquez no Uruguai em 2004. Destarte os distintos níveis de institucionalização dos sistemas partidários e de desenvolvimento econômico e social dos países, podem-se identificar alguns traços comuns para a abordagem comparada aqui empreendida: a) tratar-se de sistemas multipartidários sob a perspectiva da competição eleitoral partidária e da alternância de elencos políticos em cargos eletivos e de governo; b) há continuidade na institucionalização das regras de participação cidadã e na competição política pluralista em período pós-ditatorial; c) os partidos têm sido agentes relevantes nos processos de mediação política de interesses e clivagens sociais; e d) a dimensão ideológica de esquerda e direita é relevante para a estruturação e o posicionamento dos partidos políticos.

O eixo ideológico esquerda/direita é uma dimensão relevante na organização do sistema e dos partidos políticos dos três sistemas multipartidários focalizados nesta pesquisa. As decisões que dizem respeito à delimitação da esquerda e da direita não estão isentas de dificuldades. Desde sua definição originária na Europa, passando por múltiplas transformações históricas posteriores – principalmente depois de 1989 –, os termos “esquerda” e “direita” têm significado polissêmico, apresentando pelo menos duas dimensões diferentes, muitas vezes superpostas em seu sentido histórico. A primeira é espacial-situacional, uma vez que a polarização esquerda-direita definiu em forma dicotômica as posições relativas de cada ator dentro de um sistema político historicamente determinado – com clivagens sociais e políticas diversas. A segunda é de ordem ideológica, que concerne aos valores e às crenças de doutrinas políticas, podendo ser dividida entre correntes favoráveis ao igualitarismo e à mudança social (por exemplo, socialistas, comunistas,

social-democratas etc.) e os partidários da liberdade individual e da ordem social (como liberais, conservadores, entre outros).

Neste trabalho, consideraremos *esquerdas e direitas realmente existentes e com representação nos sistemas partidários* escolhidos e democracias recentes à luz do acervo da literatura acadêmica de cada país. Considerando a escala ideológica esquerda/direita e a literatura especializada nos três países, os principais partidos analisados¹ podem ser apresentados na seguinte ordem:

- *Partidos mais conservadores e de direita:*² Partido da Frente Liberal - PFL (atual Democratas - DEM) e Partido Progressista Brasileiro (PPB), no Brasil; Renovação Nacional (RN) e União Democrática Independente (UDI), no Chile.
- *Partidos de centro:* Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no Brasil; Partido Democrata Cristão (PDC), no Chile; Partido Colorado (PC) e Partido Nacional (PN), no Uruguai.³
- *Partidos de esquerda:* Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil; Partido pela Democracia (PPD) e Partido Socialista (PS), no Chile; e Frente Ampla (FA), no Uruguai.

Reiterando, parte-se de uma *comparação sincrônica* (Bartolini, 1994), que isola um momento comum aos três casos – o incremento na competição eleitoral e o acesso a governos centrais por partidos ou coalizões de esquerda –, buscando considerar os impactos sobre os padrões de seleção dos postos legislativos. Os problemas geralmente associados a esse tipo de estratégia comparativa (Sartori, 1994) puderam ser neutralizados, uma vez que nos concentrarmos em um conjunto homogêneo de variáveis, derivadas da operacionalização do recrutamento social e de trajetórias políticas, e da observação de um grupo específico de elites políticas – os parlamentares.

A técnica de coleta de dados foi baseada em métodos biográficos, com base em biografias dos parlamentares nas páginas da Internet,⁴ publicações oficiais dos congressos, enquetes por e-

mail aos parlamentares e, em alguns casos, entrevistas pessoais. A pesquisa empírica abrangeu as legislaturas eleitas em 2002 no Brasil, 2001 no Chile e 2004 no Uruguai. Desse modo, foram estudadas as biografias de 513 deputados brasileiros, 118 parlamentares chilenos e 98 deputados uruguaios.

A seguir, analisamos as bases sociais de recrutamento legislativo dos principais partidos no três países, procurando isolar diferenças quanto à origem social e profissional dos representantes eleitos, à escolaridade e aos vínculos associativos. Na outra seção, procura-se identificar as trajetórias políticas, examinando as condições de ingresso na carreira política, a durabilidade e a extensão temporal dos vínculos partidários. Por fim, busca-se isolar as conexões entre bases sociais e carreiras políticas, relacionando recursos sociais (ou sua escassez) e adoção de diferentes modelos de carreiras (individuais ou partidárias). Nessa perspectiva, partidos de esquerda apresentariam maior diversificação social na composição de seus eleitos, bem como vínculos partidários mais duráveis e prévios ao início da carreira política. Em contraste, estruturas partidárias tradicionais recrutam seus candidatos com capital eleitoral pessoal e carreiras construídas prévia e externamente a vínculos partidários estáveis.

Composição social e representação de interesses

Analizar as posições sociais originárias dos políticos contribui tanto para esclarecer as bases sociais de recrutamento de dirigentes dos partidos e da classe política, como para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e categorias sociais.

O *status ocupacional* constitui uma variável muito relevante para comparar a origem e a classificação das posições sociais das elites políticas. A posição social dos políticos no âmbito do trabalho e da produção é tanto uma fonte de estratificação social no acesso à riqueza material e ao bem-estar social, como uma fonte para a legitimação de classificações hierárquicas do capital social. No percurso da coleta de dados empíricos foram identificadas 33 ocupações diferentes, que foram agrupadas em cinco classes (Tabela 1).

A grande maioria das ocupações incide sobre as profissões universitárias, diferenciadas em dois grupos. Um setor clássico, que inclui as denominadas profissões liberais tradicionais, com destaque para a área jurídica e de medicina. As profissões jurídicas (advogados, juizes, promotores etc.) são as mais tradicionais no campo político (Weber, 1984), devido à sua afinidade com a administração do aparelho estatal – são as mais freqüentes nas três câmaras, embora com uma proporção bem menor na Câmara dos deputados do Uruguai. Logo em seguida, destacam-se os médicos, que têm uma participação relevante entre todos os parlamentares. Em menor peso, aparecem engenharia, arquitetura, agronomia e veterinária. Novamente, no caso do Uruguai, não se encontram nem engenheiros nem arquitetos.

O segundo grupo compreende profissões ligadas ao ensino e às áreas humanas e sociais, considerando um amplo leque de disciplinas. Incorpora os professores, desde o ensino fundamental até a universidade, os jornalistas e os comunicadores no âmbito da cultura de massas. Além disso, podem-se identificar as profissões ligadas às ciências econômicas (economia, contabilidade) e humanas (politólogos, psicologia, sociólogos).

Afora a classe de ocupações com ensino superior, aparecem as profissões vinculadas à organização do capital e à produção. O grupo abrange os produtores rurais, os empresários, os diretores de empresas e os comerciantes. Entre essas categorias, há, na Câmara brasileira, o dobro de produtores rurais, se compararmos com o Chile e o Uruguai.

Outra classe ocupacional é formada pelo funcionalismo público. As categorias representadas nesta classe têm uma participação significativa entre os deputados brasileiros e uruguaios, mas muito pequena entre os chilenos.

Finalmente, identificamos um grupo ocupacional integrado pelas classes trabalhadoras (qualificadas e não-qualificadas). Porém, os trabalhadores que foram eleitos deputados são um grupo minoritário nas três câmaras nacionais.

Em suma, nesta pesquisa foram identificados cinco tipos de profissão vinculados a distintas posições sociais, o que pode ser analisado com base em outras pesquisas comparadas sobre elites

parlamentares. O campo das profissões universitárias liberais (jurídicas, médicas, tecnológicas e agrárias) é a maioria relativa (42%), confirmando a condição de profissões mais tradicionais de recrutamento parlamentar.⁵

Um outro grupo é constituído por profissões relacionadas com o capital e a produção, representando cerca de 18% dos parlamentares.⁶

A seguir, podem-se identificar dois grupos relacionados a setores de classe média. De um lado, as profissões ligadas à educação e à comunicação e as profissões universitárias da área de ciências humanas (17%). De outro, o segmento de funcionários públicos (10% dos deputados).⁷

O último grupo de ocupações são as classes trabalhadoras. Apesar dos avanços nos processos de democratização, esse tipo de categoria ocupacional tem uma representação minoritária nas câmaras de representantes (7% dos deputados).⁸

Em uma abordagem comparativa da profissão de origem nas bancadas partidárias, pode-se encontrar padrões de recrutamento em grupos e categorias sociais diferenciados segundo a posição política nos blocos ideológicos. Para simplificar a leitura das tabelas que se seguem, os partidos serão apresentados e ordenados segundo as posições ideológicas.

Os partidos mais conservadores (PFL, PPB, PMDB) apresentam um padrão de recrutamento social baseado fundamentalmente nas profissões universitárias liberais, nas categorias de propriedade e controle de empresas e nas categorias de produção agro-industrial e comércio.⁹

No outro extremo, encontram-se os partidos de esquerda (PT, PPD, PS, Frente Ampla), com uma composição social de suas bancadas parlamentares formada por profissionais das ciências econômicas e de formação humanista, oriundos na grande maioria da classe média. Além disso, um outro campo de recrutamento clássico desses partidos são as classes trabalhadoras (Serna, 2004, p. 227).

Em posições e recrutamentos mais pluriclassistas do ponto de vista da composição social estão as bancadas dos partidos da Social Democracia Brasileira (PSDB), da Renovação Nacional (RN), da União Democrática Independente (UDI), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Colorado (PC) e o Partido Nacional (PN).

Tabela 1
Bancadas Partidárias Segundo a Ocupação Profissional de Origem, em %*
(Brasil, Chile e Uruguai)

	Profissões Liberais (áreas jurídicas, da saúde, tecnológicas e agrárias)	Ocupação						Total
		Comerciantes, Produtores rurais e Empresários	Profissões Econômicas, Sociais, de Comunicação e Professores	Funcionários públicos	Trabalhadores	Outros		
PFL (Brasil)	51,2%	29,8%	10,7%	3,6%	1,2%	3,6%	100,0%	
PPB (Brasil)	32,6%	42,9%	14,3%	4,1%	—	6,1%	100,0%	
PMDB (Brasil)	43,8%	30,1%	11,0%	11,0%	1,4%	2,7%	100,0%	
RN (Chile)	55,6%	16,7%	27,8%	—	—	—	100,0%	
UDI (Chile)	50,0%	12,5%	15,6%	—	15,7%	6,2%	100,0%	
PSDB (Brasil)	54,9%	14,1%	9,9%	14,1%	1,4%	5,6%	100,0%	
PC (Uruguai)	60,0%	10,0%	—	30,0%	—	—	100,0%	
PDC (Chile)	72,7%	4,5%	18,2%	—	4,5%	—	100,0%	
PN (Uruguai)	31,5%	20,0%	17,1%	20,0%	2,9%	8,6%	100,0%	
PS (Chile)	20,0%	—	80,0%	—	—	—	100,0%	
PPD (Chile)	49,0%	—	45,0%	—	9,8%	5,0%	100,0%	
FA (Uruguai)	16,9%	13,2%	26,4%	1,9%	38,4%	3,8%	100,0%	
PT (Brasil)	33,0%	6,6%	24,2%	19,8%	14,3%	2,2%	100,0%	
Total (n=729)	42,1%	18,1%	17,2%	9,9%	7,4%	5,3%	100,0%	

* Na seleção de bancadas partidárias, consideraram-se os partidos com mais do 5% de deputados em cada Câmara.

Esta pesquisa explorou uma outra dimensão do recrutamento social e das carreiras políticas dos parlamentares, qual seja, a participação voluntária na sociedade civil organizada. A mobilização de *recursos associativos* representa um tipo de capital social que pode ser encontrado nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários. Isso pode ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a interesses e questões sociais. A distribuição e a presença desse tipo de capital mudam conforme os diferentes padrões de carreiras parlamentares (Tabela 2). Nas câmaras brasileira e chilena, 52% dos deputados, antes de terem acesso à cadeira legislativa, registravam uma participação destacada em algum tipo de associação coletiva. No Uruguai, 75% dos parlamentares mantinham uma participação em associações, além da política institucional.

Os tipos de organização e de associação mais comuns são os movimentos e as agremia-

ções de estudantes (secundaristas e universitários), as associações de profissões universitárias e do campo intelectual, os sindicatos dos trabalhadores e as organizações do capital, dos produtores rurais e dos comerciantes.

A participação em movimentos estudantis constitui um mecanismo de socialização em experiências de organização coletiva e recrutamento político bastante significativo: 15% dos deputados tiveram alguma participação destacada nesse setor.

Outro mecanismo de socialização e recrutamento político são as associações ligadas ao campo da cultura – em colégios, universidades e academias; na área do jornalismo e da imprensa; e em atividades artísticas de uma maneira geral. Cerca de 12% dos deputados passaram por alguma dessas associações antes de seu ingresso no Congresso.

A organização sindical das classes trabalhadoras, consideradas num sentido amplo – desde os trabalhadores urbanos e rurais, privados

e públicos, até as formas de organização do trabalho não-capitalista (como as cooperativas) –, representa um tipo de participação coletiva para 12% dos parlamentares.

Outro campo relevante na representação de interesses coletivos são as organizações vinculadas ao capital e à produção. Esse espaço abrange associações não só de empresários, bancos, comerciantes e do setor de turismo, mas também de produtores rurais: 8% dos deputados pertenciam a alguma associação desse tipo antes do ingresso ao Congresso. No Chile, especificamente, os deputados apresentaram uma participação muito baixa nesse âmbito.

Além desses quatro tipos principais de associação, no decorrer da pesquisa identificaram-se algumas de menor representação, mas relacionadas a outros campos da sociedade civil organizada, envolvidos em temáticas mais contemporâneas e novas questões sociais. Desde associações vinculadas a temas diversos, como ecologia, direitos humanos, juventude, gênero, família e bairros, até as mais tradicionais, como as esportivas, religiosas e culturais.

A análise comparativa, segundo os partidos, apresenta padrões diferenciados quanto ao uso e ao tipo de capital associativo que aparecem nas carreiras políticas das elites parlamentares. As bancadas de partidos mais conservadores, ao contrário das de partidos de esquerda, registram uma proporção muito baixa de participação em associações coletivas.

Os deputados de partidos mais conservadores (PFL, PMDB, RN) revelam um uso muito reduzido desse tipo de capital, uma vez que 60% de seus parlamentares não têm nenhuma participação nessas associações.

No outro extremo, nas bancadas dos partidos de esquerda (PT, PS, PPD, FA), mais de 70% dos deputados participaram de algum tipo associação coletiva antes de ingressar ao Congresso.

Tal resultado leva à hipótese de que os partidos ideológicos de esquerda utilizam muitos mais recursos coletivos e de identidade para constituir bases sociais, ao passo que os partidos conservadores baseiam-se sobretudo nos capitais e nos recursos individuais de dirigentes políticos.

Os padrões de associação coletiva mais próximos dos partidos de esquerda incidem sobre

os movimentos estudantis, a organização das classes trabalhadoras e as novas questões sociais (Senna, 2004). As bancadas do PT, do PS, do PPD e da FA apresentam essa conformação de redes sociais na sociedade civil organizada.

As associações e as organizações coletivas relacionadas com espaços de poder social relevante, tanto aquelas vinculadas ao capital e à produção, como aquelas formadas no campo das profissões universitárias, não têm padrões diferenciados por partidos políticos.

Um olhar comparado da composição de profissões socioocupacionais entre os parlamentares nas democracias do cone sul apresenta alguns traços comuns de pluralização das origens sociais com outros processos históricos de democratização (Best e Cotta, 2000). Nesse sentido, salientamos uma participação mais limitada de empresários e produtores agropecuários, a ampliação da participação de profissionais liberais, funcionários públicos e camadas de setores médios da sociedade, assim como uma participação minoritária do sindicalismo e de integrantes das classes populares.

Pode-se observar algumas mudanças em relação às profissões que vivem “para a política” (no sentido de Max Weber). De um lado, a redução da participação de advogados e o ascenso de médicos entre as profissões liberais; de outro, a crescente relevância das profissões ligadas à educação e ao sindicalismo. Além do mais, é interessante, numa época de crise do Estado de Bem-estar Social, a emergência de redes associativas da sociedade civil dentro do sindicalismo, dos movimentos estudantis, de áreas ligadas à cultura e a novas questões sociais.

A análise comparada entre os Legislativos mostra alguns traços específicos de cada sistema político. Na câmara brasileira, a comparação entre blocos ideológicos apresenta diferenças na composição social muito claras de padrões partidários entre esquerda e direita. No caso chileno, existe uma ausência notória do funcionalismo público e uma participação reduzida do setor empresarial e produtor. Nesse sentido, e hipoteticamente, esse fenômeno pode estar vinculado a processos endógenos de recrutamento da classe política (Salcedo, 2005), tanto quanto à redução do papel de mediação de interesses no âmbito

Tabela 2
Bancadas Partidárias Segundo a Participação Associativa, em %*
(Brasil, Chile e Uruguai)

	Não têm	Empresários	Produtos rurais	Sindicatos de Trabalhadores	Movimento estudantil	Profissionais de academias e da imprensa	Religião	Esporte	ONGs ligadas a novas questões sociais	Participação em associações	Total
PFL (Brasil)	64,3%	11,9%	7,1%	3,6%	1,2%	9,5%	1,2%	1,2%	–	100,0%	
PPB (Brasil)	44,9%	10,2%	12,2%	6,1%	12,2%	4,1%	2,0%	4,1%	–	100,0%	
PMDB (Brasil)	64,9%	10,8%	–	4,1%	8,1%	6,8%	1,4%	2,7%	–	100,0%	
RN (Chile)	72,2%	–	–	–	11,1%	–	–	11,1%	5,6%	100,0%	
UDI (Chile)	53,1%	–	–	12,5%	31,3%	3,1%	–	–	–	100,0%	
PSDB (Brasil)	47,9%	9,9%	–	2,8%	16,9%	16,9%	1,4%	–	2,8%	100,0%	
PC (Uruguai)	50,0%	–	–	–	20,0%	10,0%	–	10,0%	–	100,0%	
PDC (Chile)	45,5%	–	–	22,7%	18,2%	4,5%	4,5%	4,5%	–	100,0%	
PN (Uruguai)	30,6%	–	8,3%	5,6%	33,3%	13,9%	2,8%	–	2,8%	100,0%	
PS (Chile)	10,0%	–	–	20,0%	60,0%	–	–	–	10,0%	100,0%	
PPD (Chile)	28,6%	4,8%	–	9,5%	38,1%	19,0%	–	–	–	100,0%	
FA (Uruguai)	18,9%	1,9%	5,7%	37,7%	13,2%	9,4%	–	1,9%	7,5%	100,0%	
PT (Brasil)	16,5%	–	–	31,9%	17,6%	24,2%	2,2%	–	7,7%	100,0%	
Total (n=729)	44,9%	5,5%	2,9%	11,8%	15,2%	11,8%	2,1%	1,8%	2,9%	100,0%	

* Não estão incluídas as associações com menos de 1% de representação.

parlamentar. Entre os deputados uruguaios, cabe assinalar a reprodução um padrão histórico de profissionalização com ampla inclusão de categorias originárias de setores médios e da sociedade civil organizada, ainda que a participação mais efetiva do sindicalismo apareça como uma novidade.

Para avançar na interpretação dos traços mais típicos do recrutamento e da base social das elites segundo o bloco ideológico e os partidos políticos, propomos um modelo de análise com dois padrões extremos: de um lado, uma composição social mais elitista e baseada nos recursos individuais dos dirigentes; de outro, uma composição social mais pluralista e associativa na representação de interesses sociais.

Para isso, construímos um índice somatório simples em torno de cinco dimensões básicas (Tabela 3). As duas primeiras variáveis dizem respeito a profissões mais elitistas e tradicionais (profissões liberais de nível universitário e aque-

las vinculadas ao poder econômico). As duas seguintes tentam identificar um padrão mais pluralista, por meio da participação majoritária de profissões representativas da classe média (professores, formações ligadas às ciências humanas e sociais e funcionários públicos), de um lado, e, de outro, da participação de trabalhadores. Além disso, a última variável concerne à participação de representação de redes e associações da sociedade civil.

Em cada uma dessas variáveis foi atribuído valor 1, quando a porcentagem de cada bancada partidária, comparada com a média do conjunto das três elites parlamentares em pauta, confirma um padrão pluralista, e 0, quando corresponde a um recrutamento tradicional e socialmente elitista. A seguir, estabeleceu-se um índice somatório das cinco dimensões para cada um dos partidos. Pontuações baixas no índice (0 ou 1) significam que se está mais próximo de um padrão de recrutamento social elitista e pontuações altas (4 ou 5),

mais próximo de um padrão de recrutamento social pluralista.

No primeiro caso, encontram-se os deputados dos partidos da Frente Liberal, Progressista Brasileiro e do Movimento Democrático Brasileiro. As origens sociais desses políticos estão definidas por uma composição baseada na incorporação de capital escolar superior, relacionado às profissões universitárias liberais, e a maioria deles trabalhavam no interior do mundo empresarial e da produção. Além disso, suas carreiras políticas estão apoiadas em recursos individuais e no *status* social pessoal de seus candidatos.

No segundo, encontram-se as bancadas parlamentares do Partido dos Trabalhadores, do Partido Pela Democracia, do Partido Socialista e da Frente Amplia, que apresentam um padrão oposto ao primeiro caso. As bases sociais desses deputados são mais inclusivas e pluralistas, menos masculinizada, com um recrutamento escolar mais

aberto e uma formação superior relacionada a profissões das ciências humanas, da educação e aquelas ligadas ao campo cultural, além de ter uma participação maior de assalariados. Ademais, suas carreiras políticas baseiam-se na acumulação de recursos coletivos, por meio de uma constelação de redes sociais e enraizamento de suas bases sociais nas associações da sociedade civil, principalmente as representativas dos sindicatos de trabalhadores, dos grêmios estudantis e das novas questões sociais.

Um tipo de recrutamento social mais híbrido, conformado por múltiplas posições de classe (elitistas e pluralistas), aparece representado pelas bancadas parlamentares da Social Democracia Brasileira, da Renovação Nacional, da União Democrática Independente, do Partido Democrata Cristão, do Partido Colorado e do Partido Nacional.

Tabela 3
Bancadas Partidárias Segundo Padrões de Recrutamento Social
(Brasil, Chile e Uruguai)

Partidos Políticos	% de Empresários Média de deputados (18%)	% de Profissões liberais Média de deputados (42%)	% de Ciências Humanas (professores e fun- cionários públicos) Média de deputados (27%)	% de Trabalhadores Média de deputados (7%)	% de Capital Associativo Média de deputados (55%)	Escore
Frente Liberal	0	0	0	0	0	0
Progressista Brasileiro	0	1	0	0	0	1
Movimento Democrático Brasileiro	0	0	1	0	0	1
Renovação Nacional	1	0	1	0	0	2
União Democrática Independente	1	0	0	1	0	2
Social Democracia Brasileira	1	0	1	0	0	2
Colorado	1	0	1	0	0	2
Democrata Cristão	1	0	1	0	0	2
Nacional	0	1	1	0	1	3
Socialista	1	1	1	0	1	4
Pela Democracia	1	1	1	1	1	5
Frente Amplia	1	1	1	1	1	5
Partido dos Trabalhadores	1	1	1	1	1	5

Padrões de carreiras políticas

Nesta seção, analisaremos as modalidades de ingresso e mobilidade na carreira política, a partir da identificação das condições de início da atividade política (idade e ano da primeira militância), do acesso a postos públicos (primeiro cargo ocupado e ano) e da importância dos vínculos partidários (número médio de partidos e intervalo temporal entre a filiação partidária e o primeiro cargo ocupado).

Padrões de carreira tornam-se mais nítidos quando a reconstituição das trajetórias políticas é promovida considerando os partidos separadamente, uma vez que as seqüências de carreira estão associadas às oportunidades oferecidas dentro de cada organização partidária, conforme sua estrutura hierárquica, centralização e controle sobre a seleção de candidaturas. Passo inicial consistiu em isolar o momento inicial da carreira política, verificando a idade média da primeira militância partidária em cada uma das legendas examinadas. A primeira militância partidária é preferível neste caso ao primeiro cargo público ocupado por duas razões: em primeiro lugar, identifica um vínculo partidário que muitas vezes pode ser tenuo ou não existir quando o cargo público corresponde a funções burocráticas ou

administrativas; em segundo, e principalmente, controla o efeito provocado por ciclos autoritários ocorridos em períodos distintos nos três casos estudados, assim como as diferenças no grau de eliminação da competição eleitoral. Enquanto no Brasil, os militares mantiveram partidos e eleições regulares, embora limitadas à arena legislativa ou em Executivos de pequenos e médios municípios, no Uruguai e no Chile, o regime militar, mais restritivo, proibiu o funcionamento dos partidos e eliminou o calendário eleitoral. Dessa forma, oportunidades para o acesso ao primeiro cargo estiveram restritas por limites institucionais, diferentemente do que ocorreu no Brasil, onde o ingresso na carreira política institucional esteve aberto mesmo para políticos de oposição, ainda que restrito a níveis inferiores da hierarquia de postos públicos (ver Figura 1).

Tomando por referência a idade de 30 anos como um divisor para delimitar o ingresso precoce ou tardio na vida política, e considerando a primeira militância partidária como critério para identificar tal momento, pode-se distinguir dois padrões diferentes: de um lado, os partidos FA, PS, PN, PC, PT e PDC são compostos por parlamentares que iniciaram mais cedo suas trajetórias partidárias; de outro, sobretudo os partidos PPD, PSDB, RN, UDI e, em menor medida, PFL, PPB e

Figura 1
Idade da Primeira Militância
(Brasil, Chile e Uruguai)

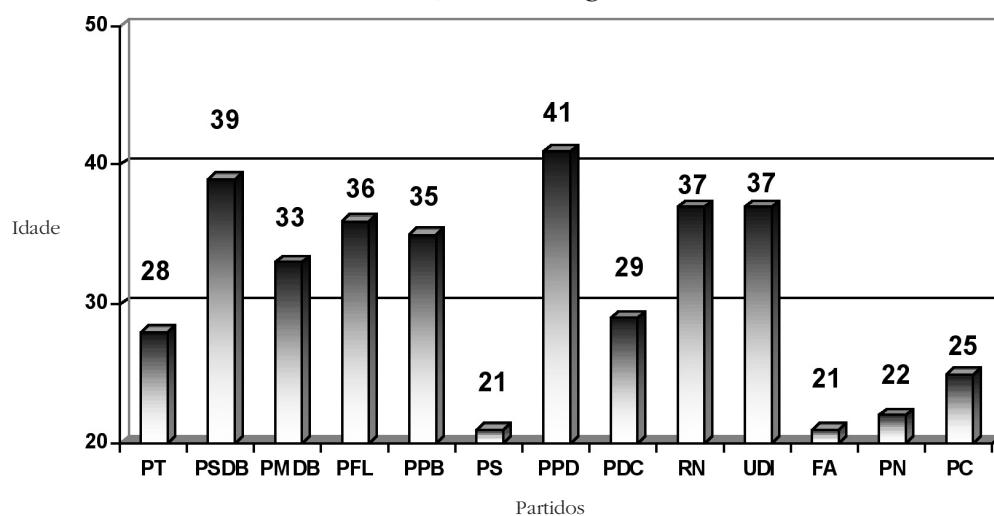


Figura 2
Ano da Primeira Militância
(Brasil, Chile e Uruguai)

1971	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1990	1993
			PT		PMDB	PFL		PSDB		
					PPB					
PS	PDC							RN	PPD	UDI
FA		PC		PN						

* Área cinza representa o período de redemocratização em cada país.

PMDB elegeram deputados cujo primeiro vínculo partidário ocorreu em um período mais tardio de suas vidas. O corte não chega a obedecer a uma linha demarcatória do tipo esquerda/direita, baseada em uma suposição que *partidos de massa* correspondam a um ativismo precoce e mais ativo, uma vez que tanto o PPD (esquerda), como o PC e o PN (direita e centro, respectivamente) e o PDC (centro) apresentam lugares trocados nesta distribuição.

Em contrapartida, a idade de ingresso partidário não oferece uma informação conclusiva acerca da experiência política dos parlamentares. Mudanças no padrão geracional de recrutamento partidário podem produzir bancadas com membros caracterizados por ativismo político precoce, mas, combinado a idades mais reduzidas, não correspondem a carreiras mais longas e estruturadas. Assim, além da idade da primeira militância, é necessário identificar o ano em que ocorreu tal iniciação partidária (Figura 2). Este procedimento pode revelar duas informações úteis acerca de padrões de carreira política existentes no interior de cada partido: a primeira diz respeito ao tempo decorrido da primeira militância até o mandato legislativo atual, o que oferece uma medida da experiência política e partidária de cada deputado nos três países analisados; a segunda relaciona-se ao período (ano) em que a primeira militância ocorreu, o que mostra as condições ou os constrangimentos impostos ao ativismo partidário. Ou seja, faz diferença o fato de o parlamentar ter atuado em períodos autoritários ou, inversamente, sob condições mais favoráveis oferecidas por instituições democráticas, como liberdades civis e competição eleitoral. Provavelmente, vincular-se ou manter-se vinculado a um partido sob contexto autoritário e repressivo pode ser revelador de uma

adesão mais sólida e durável, em virtude dos riscos que esta militância representa, quando comparado a uma filiação partidária exclusivamente em períodos democráticos.

A Figura 2 exibe a informação sobre o ano em que um deputado mediano dentro de cada bancada registrou sua primeira militância partidária. Mais uma vez, deputados eleitos pelos partidos FA, PS, PDC, PC e PT apresentam um padrão de militância partidária mais prolongada, tendo sido submetidos ao teste de ativismo partidário iniciado ou continuado mesmo dentro de um contexto autoritário. Contudo, é necessário fazer uma ressalva: parece haver uma diferença nos custos do ativismo partidário para as frentes amplas, os socialistas e os democrata-cristãos, em relação aos riscos aos quais os deputados *colorados* e *petistas* tenham sido submetidos. Um deputado mediano da FA e do PS chileno registrou sua primeira militância partidária em contexto pré-autoritário, tendo sido exposto ao colapso das antigas democracias, à implantação e posterior prolongamento dos respectivos regimes autoritários. Semelhante é o caso da Democracia-Cristã chilena, cujos parlamentares atravessaram pelo menos oito anos de repressão militar. No caso de deputados *colorados* do PC uruguai e também de parlamentares do PT brasileiro, embora a militância partidária tenha se iniciado ainda sob instituições autoritárias, isto corresponde ao período final dos respectivos regimes, quando já tinha sido inaugurado o processo de liberalização e de negociação com as elites civis, e os custos para a exclusão e a repressão política haviam aumentado significativamente.

Em um extremo oposto, estão as bancadas do PSDB, PPD e UDI, cuja composição reflete uma menor experiência política e trajetórias de-

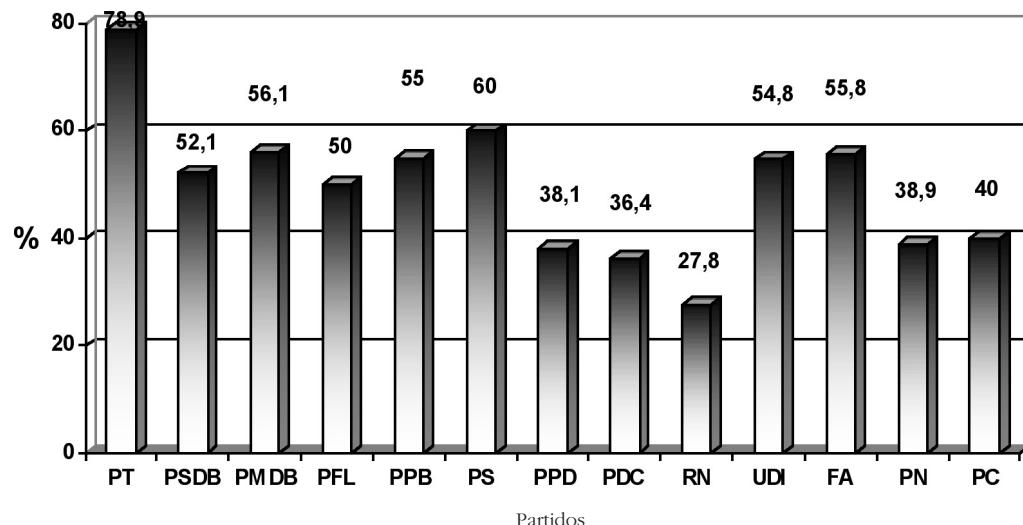
senroladas exclusivamente sob condições democráticas mais favoráveis, onde o custo da militância partidária, pelo menos em termos de possibilidade de sofrer algum tipo de coerção física pelas instituições estatais, é muito baixo. Embora os deputados tanto do PSDB, como do PMDB, no Brasil, tenham vindo do antigo MDB – organização oposicionista durante o regime autoritário –, eles não apresentavam em 2002 tal genealogia, revelando carreiras mais recentes, iniciadas após a redemocratização.

O primeiro cargo público constitui um rito significativo que oferece informação relevante não só sobre as condições e os recursos disponíveis no início da carreira política, mas também sobre o grau de sua dependência em relação às organizações partidárias (Figura 3). Nossa interpretação indica que o início da carreira política mediante cargos no poder Executivo implica em uma autonomia potencialmente maior em relação aos partidos. Isto pode ocorrer por duas razões: 1) pela retórica de conhecimento técnico que ocupantes de postos administrativos alimentam com freqüência, procurando insular-se em relação à dinâmica eleitoral e aos militantes e dirigentes de carreira mais partidária; 2) quando se trata do início de carreira mediante cargos eletivos no

Executivo, como prefeitos, intendentes e governadores, isto sugere a posse de recursos políticos pessoais (reputação personalizada construída fora da carreira política, disponibilidade de recursos materiais e financeiros), o que mostra que o indivíduo se impôs às organizações partidárias de fora para dentro, subvertendo suas prováveis hierarquias internas.

O Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista e, em menor grau, a Frente Amplia apresentam os padrões mais nítidos de ingresso na carreira política por meio de cadeiras legislativas, nacionais ou subnacionais. Dois partidos brasileiros de centro (PMDB e PSDB) apresentam bancadas compostas majoritariamente por deputados com início de carreira por intermédio de cargos legislativos. Um fator que pode explicar essa tendência está relacionado com o efeito do federalismo e da extensão territorial existentes no Brasil: além de esferas governamentais e legislativas no plano federal e local (à semelhança de Uruguai e Chile), o Brasil possui estruturas governamentais e assembléias legislativas estaduais (correspondendo a *províncias* em outros países da América Latina). Enquanto os partidos de oposição não tinham acesso a cargos executivos nacionais e estaduais durante o período au-

Figura 3
Primeiro Cargo de Mandato Legislativo, em %
(Brasil, Chile e Uruguai)



toritário, as assembléias legislativas estaduais e as câmaras municipais na maioria dos municípios foram a escola de iniciação política e de carreira para políticos de centro-esquerda até meados dos anos de 1980. Por fim, o partido direitista chileno (UDI) igualmente apresenta uma proporção elevada de parlamentares que iniciaram sua carreira política por meio de cadeiras legislativas, provavelmente associado ao período de domínio de cargos executivos pela coalizão de centro-esquerda Concertação.

A durabilidade dos vínculos de lealdade partidária pode ser estimada considerando o tempo de filiação partidário médio (em anos) dentro de cada partido. Intervalos temporais mais longos sugerem lealdades mais fortes, bem como revelam a importância das organizações partidárias como estruturas de treinamento político dos quadros que são recrutados para carreiras políticas e as oportunidades para o incremento na coesão partidária (Bowler, Farrell e Katz, 1999). Nesta perspectiva, a Frente Ampla (28 anos), o Partido Colorado (22 anos), o Partido Socialista, a Democracia-Cristã (20) e o Partido Nacional (20 anos) e Partido dos Trabalhadores (19 anos) possuem bancadas parlamentares formadas por deputados com mais anos de filiação partidária. Em contraste, a Renovação Nacional (12 anos), o Partido por la Democracia e o Partido Progressista Brasileiro (11 anos), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal (9 anos), a União Democrática Independente (8 anos) e Partido da Social-Democracia Brasileira (7 anos) apresentam os menores valores médios referentes ao tempo de filiação partidária.

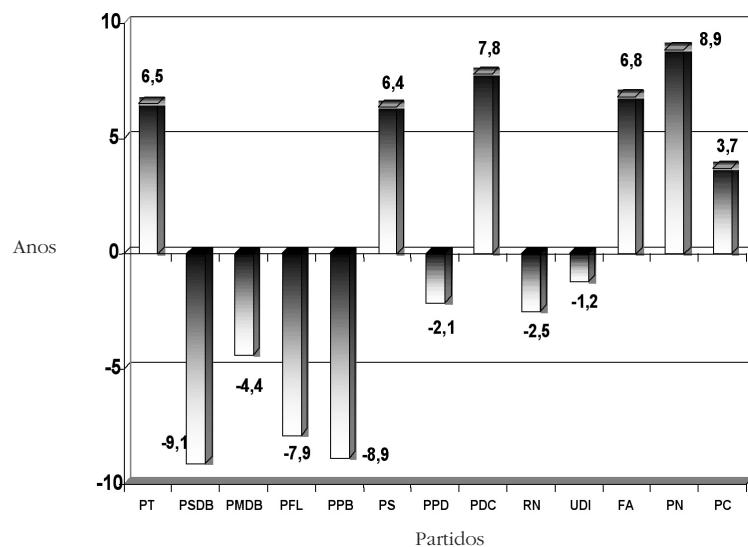
Evidências mais reveladoras acerca da importância de partidos como recursos para o acesso e a continuidade de carreiras políticas podem ser alcançadas isolando-se o tempo da última filiação partidária em relação ao primeiro cargo público ocupado desde o início da trajetória política (Figura 4). Trata-se de fixar o intervalo temporal que separa duas datas importantes em uma carreira política: quando o deputado se filiou ao seu partido atual e quando conquistou seu primeiro posto (legislativo ou executivo). Esta filiação partidária poderá coincidir com a primeira militância, quando o deputado vinculou-se a um

partido, não mais se afastando dele, ou poderá corresponder ao partido pelo qual conquistou a cadeira parlamentar, nas legislaturas em estudo. O tempo de filiação partidária prévia permite aferir e comparar, assim, o espaço em que a atividade dentro de um partido constitui um requisito para carreiras políticas bem-sucedidas, quando a dedicação por vários anos às tarefas organizativas e a deferência em relação às lideranças e às hierarquias partidárias representam um investimento político resgatável a médio ou longo prazo sob a forma de nomeação de candidaturas e insumos eleitorais como suporte material e financeiro, arregimentação de apoios organizativos e eleitorado fiel. Em contraste, quando a última filiação partidária ocorre após o início da carreira política, pode-se inferir que o custo para defecções partidárias é mais reduzido, permitindo a transgressão de fidelidades organizacionais prévias, sem que isto afete as chances para a manutenção ou mobilidade na carreira política.

Comparando a última filiação partidária com o início da carreira política de deputados de partidos brasileiros, chilenos e uruguaios, podem-se separar dois padrões nitidamente distintos. Parlamentares que integram as bancadas do PT, do PS, do PDC, da FA, do PN e do PC apresentam um modelo de carreiras políticas denominado endógeno. Há um intervalo temporal prévio separando a filiação partidária do acesso ao primeiro cargo público, sugerindo que a seleção de candidatos a postos políticos é dirigida para membros com lealdades partidárias comprovadas por extensos intervalos temporais de militância partidária. Diferente é o caso dos partidos brasileiros PSDB, PMDB, PFL e PPB e dos chilenos PPD, RN e UDI, todos marcados por seqüências de carreira política invertida, em que a filiação partidária é posterior ao início da trajetória pública. Isso pode ser entendido como resultado de frágeis vínculos partidários originais, ou, ainda, como baixo custo de defecção em relação às organizações políticas de origem, uma vez que a importância de sua estrutura (eleitores, suporte material e financeiro, *canvassers*) pode ser marginal ou substituível.

Finalmente, procurou-se fixar padrões de carreiras políticas agregando os requisitos que correspondem a um modelo de trajetórias políticas

Figura 4
Recrutamento Partidário Segundo Tempo de Filiação Partidária Antes do Primeiro Cargo
(Brasil, Chile e Uruguai)



duráveis e profissionais, baseadas em recursos coletivos e estruturas partidárias: início precoce da militância partidária, o ano e o contexto desta primeira militância, a cadeira legislativa como primeiro cargo público, o tempo de filiação partidária superior a quinze anos e a filiação partidária antes do primeiro cargo público ocupado. Para efeito de justaposição das diferentes dimensões examinadas e a configuração de padrões de carreiras políticas, elaborou-se um escore, resultante da agregação das informações anteriores, atribuindo valor 1 quando o perfil partidário correspondia ao modelo acima, e 0, quando o tipo de carreira distanciava-se do modelo. Dessa forma, o escore agregado de cada partido corresponde a uma numeração de 0 a 5. Valores próximos a 0 equivalem a padrões de recrutamento baseados em capital político personalizado e 5, a carreiras políticas construídas em base a recursos partidários, experiência política e longas e estáveis trajetórias políticas (Tabela 4).

Três partidos apresentam um padrão nítido de carreiras políticas estáveis e baseadas em suporte organizacional e partidário: Partido Socialista, Frente Ampla e Partido dos Trabalhadores. Seus parlamentares registram uma primeira militância em idade jovem, inferior a 30

anos, e parte desse ativismo partidário, ao menos, foi cumprida sob instituições autoritárias, confirmado um perfil de adesão mesmo em circunstâncias adversas e risco de repressão. O primeiro posto institucional ocupado corresponde a cadeiras legislativas, sugerindo capital político de ingresso mais modesto, assim como treinamento na arena eleitoral; seus deputados possuem filiações partidárias duráveis e, principalmente, um intervalo temporal prévio entre a filiação nestes partidos e o primeiro cargo público, o que revela um padrão endógeno de carreira política, ou seja, eles são recrutados do interior das respectivas organizações partidárias, ou, ainda, indica que o ativismo partidário constitui um capital político relevante para impulsionar trajetórias políticas nessas organizações.

Com algumas variações, mas ainda próximas, podem ser localizados os deputados dos partidos PDC, PN e PC. Para os democrata-cristãos chilenos e os colorados uruguaios, a administração central representou a base para o recrutamento partidário. Mais distantes do modelo de carreiras partidárias encontram-se os partidos PFL, PPD e RN, com trajetórias políticas e militância partidária tardias, predomínio de cargos administrativos ou postos executivos, reduzido tempo de

Tabela 4
Bancadas Partidárias Segundo Padrões de Carreira Política
(Brasil, Chile e Uruguai)

Partidos Políticos	Ínicio precoce (filiação < média 30 anos)	Ano da primeira militância (prévia redemocratização)	1º cargo público = 1º Mandato legislativo	Tempo filiação partidária (mais de 15 anos)	Filiação partidária anterior ao 1º cargo público	Escore
PFL	0	0	0	0	0	0
PPD	0	0	0	0	0	0
RN	0	1	0	0	0	1
PPB	0	0	1	0	0	1
UDI	0	0	1	0	0	1
PMDB	0	0	1	0	0	1
PSDB	0	0	1	0	0	1
PC	1	1	0	1	1	4
PN	1	0	0	1	1	3
PDC	1	1	0	1	1	4
PS	1	1	1	1	1	5
FA	1	1	1	1	1	5
PT	1	1	1	1	1	5

filiação partidária e último registro partidário posterior ao início da carreira.

Após fixar a presença de dois padrões distintos de carreiras políticas, procuramos uma interpretação capaz de explicar as diferenças encontradas. Um *conventional wisdom* consistiria em relacionar as oportunidades estabelecidas pelas regras eleitorais com a composição de perfis parlamentares produzidos a partir da competição eleitoral. Nessa perspectiva, Carey e Shugart (1996) sugerem que, quando os votos preferenciais influenciam o rankeamento de candidatos ou em colégios eleitorais de magnitude elevada, será menor o controle partidário sobre a seleção de carreiras e maior a importância de reputações personalizadas como capital eleitoral. Contudo, essa interpretação parece pouco satisfatória nos casos aqui estudados. O Uruguai apresenta um padrão mais homogêneo de predomínio de carreiras partidárias em seus três partidos relevantes. Por outro lado, a conexão deste fenômeno

com o sistema eleitoral não é evidente. Embora de classificação complexa, a fórmula uruguaia de eleições legislativas, baseadas no *doble voto simultâneo*, tem sido apresentada como uma variação limite de voto preferencial (Rose, 2000; Norris, 2004; Colomer, 2004), especialmente em eleições acompanhadas por aumento no número de *lemas* partidários. O Chile possui um sistema de lista aberta, ainda que a reduzida magnitude eleitoral chilena poderia corresponder à estrutura de oportunidades apresentada por Carey e Shugart como mais propícia para o controle partidário sobre nominações eleitorais. Nessa mesma direção, em outro trabalho, Carey (2002) sugere que as circunscrições binominais (*two-member districts*), ao induzir negociações intracoalizões sobre a distribuição das candidaturas, terminariam por incrementar a coesão de partidos e coalizões.¹⁰ O resultado, no entanto, apresenta discrepâncias que reforçam as dúvidas acerca de efeitos (necessariamente) uniformes que deveriam ser produzidos

por regras eleitorais: enquanto PS e PDC possuem perfis partidários de carreiras políticas, PPD, UDI, RN apresentam trajetórias que sugerem menor relevância de partidos na manutenção de postos políticos. Deslocando o foco da legislação eleitoral para as regras internas de seleção de candidaturas legislativas, Navia (2004) apresenta uma possibilidade para a incorporação de diferenças interpartidárias nos padrões chilenos de recrutamento parlamentar. Seus achados identificam UDI e PPD como os partidos com processos mais centralizados de seleção de candidaturas, ao passo que o PDC apresenta maior grau de democracia interna e menor grau de controle exercido pelos dirigentes sobre a escolha de candidatos. O paradoxo, neste caso, é que a centralização decisória dos partidos PPD e UDI produz como resultado perfis menos partidários de carreira política, enquanto a maior descentralização das escolhas entre democrata-cristãos gera candidatos cujas trajetórias políticas foram projetadas principalmente dentro das fronteiras partidárias. Isso mostra que o método da escolha de candidatos pode não oferecer uma previsão adequada sobre os resultados, em termos de padrões endógenos e perfis partidários de recrutamento legislativo.

Por fim, se os efeitos atribuídos ao sistema de lista aberta sugeridos por autores como Mainwaring (1999) e Ames (2003) podem explicar os padrões encontrados nos partidos brasileiros PFL, PSDB e PMDB, eles não permitem compreender por que sob a mesma regra de competição eleitoral o PT produziu carreiras políticas fortemente endógenas e partidárias, ou mesmo variações intrapartidárias nos padrões de carreiras políticas (Marenco, 2001).

A Frente Amplia, o Partido Socialista, o Partido Democrata-Cristão, o Partido Nacional e o Partido Colorado, além de um padrão partidário de carreiras políticas, possuem em comum sua longevidade temporal como organizações eleitorais. Todos já existiam nos períodos democráticos anteriores ao regime autoritário implantado no Uruguai e no Chile, sobreviveram aos ciclos repressivos e reapresentaram-se como estruturas eleitorais, legislativas e governamentais a partir das novas democracias. Em contrapartida, PPD, UDI, RN, PSDB, PMDB e PFL são organizações formadas no final dos respectivos regimes au-

toritários, ou mesmo já sob as novas instituições democráticas.

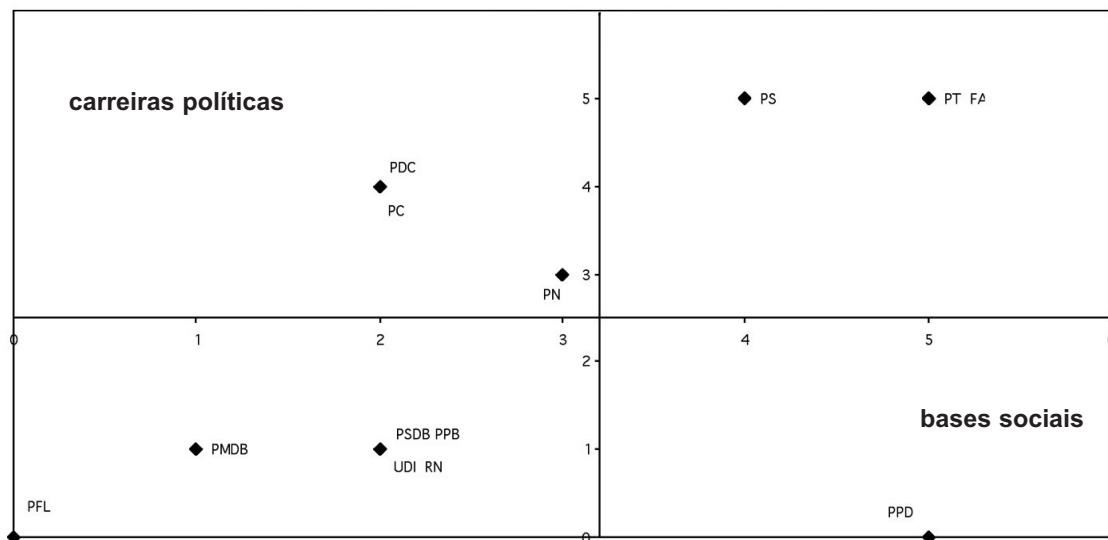
Há um efeito produzido pelo tempo sob a forma de maior institucionalização partidária: conversão de reputações personalizadas em identidades partidárias, constituição de organizações partidárias sólidas, acesso a recursos públicos e sua conversão em insumos eleitorais. Exceção para esta explicação é caso do PT. Com formação data-dada apenas no final do regime autoritário brasileiro (1980), portanto comparativamente mais tardia em relação a organizações partidárias institucionalizadas, esse partido compensou tal defasagem temporal com um padrão organizacional rígido, combinando expansão territorial por *penetração* (Panebianco, 1990) a partir de um núcleo original básico – e com isso neutralizando os efeitos centrífugos provocados pelo federalismo brasileiro – com uma expansão eleitoral inicialmente lenta, o que restringiu oportunidades de carreira pública e condicionou-as à formação de um capital partidário baseado em intenso ativismo associativo e militância dentro do partido.

Conclusão

A finalidade desta pesquisa comparada foi analisar a composição e as trajetórias das elites parlamentares para identificar padrões diferentes de recrutamento partidário segundo blocos ideológicos nas câmaras de representantes no Brasil, no Chile e no Uruguai. A estratégia metodológica priorizou dois aspectos: a) o recrutamento social no campo das profissões ocupacionais e da participação em associações coletivas; e b) as carreiras políticas, definidas desde a idade e o período da primeira filiação partidária, até o momento de acesso ao primeiro cargo público e o tempo de filiação partidária (Figura 5).

Foram isolados dois tipos básicos de perfis sociais. Um mais tradicional, encontrado nos partidos conservadores, que contempla formação educativa vinculada a profissões universitárias liberais e presença maior de ocupações ligadas ao mundo empresarial e da produção, apresentando, portanto, uma composição social mais elitista do ponto de vista do *status* social e profissional. Outro mais inclusivo e pluralista, que aparece

Figura 5
Seleção de Postos Legislativos
(Brasil, Chile e Uruguai)



Carreira política: 0 = individual; 5 = partidária

Base social: 0 = elitista; 5 = pluralista.

Carreiras políticas partidárias : (1) início precoce; (2) primeira militância antes da redemocratização; (3) primeiro cargo legislativo; (4) filiação partidária antes do primeiro cargo; (5) mais de 15 anos de filiação partidária.

Base social pluralista : (1) empresários = baixo; (2) profissionais liberais = baixo; (3) professores, cientistas e funcionários públicos = alto; (4) trabalhadores = alto; (5) capital associativo = alto.

entre parlamentares de esquerda, com uma grande proporção de profissões vinculadas as classes médias – professores, profissões da área de ciências humanas, funcionários públicos – e uma participação maior de assalariados e integrantes de camadas populares.

Paralelamente, foram isolados dois tipos básicos de carreiras políticas, conforme a importância de recursos organizacionais (associativos e partidários). Os deputados dos partidos conservadores (PFL, PPB, PMDB, RN e UDI) têm carreiras mais laterais, apoiadas em estruturas organizativas mais flexíveis, partidos do tipo *catch-all* (Kircheimer, 1980) e com trajetórias partidárias iniciadas tardiamente e menos contínuas. As trajetórias dessas elites mostram a preferência

por recursos e capitais sociais individuais dos candidatos para atingir o poder político em detrimento do capital associativo.

No outro extremo ideológico, as carreiras políticas apóiam-se tanto em recursos coletivos para alcançar um maior capital social e político, como no estabelecimento de uma constelação de redes sociais e no enraizamento de suas bases sociais de apoio. Essas novas elites políticas constróem suas carreiras com base em longas trajetórias, iniciadas antes mesmo do início da redemocratização, e na fidelidade partidária, apoiada em estruturas organizadas de tipo profissional-eleitoral (Panebianco, 1990). Os deputados dos partidos PT, PS e FA normalmente têm vínculos com associações da sociedade civil, que repre-

sentam interesses coletivos, como o sindicalismo de trabalhadores e dos grêmios estudantis e organizações que tratam de novas questões sociais.

Entre esses dois padrões extremos, há trajetórias híbridas. De um lado, observam-se um padrão de profissionalização política e partidária e seqüências políticas em partidos de origem social tradicional de seus quadros, como o Partido Democrata Cristão, o Partido Nacional e o Partido Colorado. Isso parece reforçar o efeito exercido pela institucionalização partidária, medida pela longevidade temporal de cada organização (especialmente dos partidos criados antes dos governos autoritários), o que produziu carreiras longas, profissionais e endógenas. De outro lado, identificam-se trajetórias laterais baseadas em carreiras personalizadas de candidatos de origem social mais modesta e recrutamento pluralista, como, por exemplo, o Partido Pela Democracia.

A partir da perspectiva da composição social das elites, o ascenso das esquerdas expressa um novo papel de “tribunos da plebe” (Serna, 2004, p. 226), com a ampliação da representação política de categorias e setores sociais subalternos e a inclusão de redes associativas da sociedade civil sobre novas e velhas questões sociais na arena política.

Analizando mudanças longitudinais nos perfis de ocupação de cadeiras legislativas no Brasil, Fabiano Santos (2000) sugeriu que eles poderiam estar associados à configuração institucional dos legislativos, na medida em que o estoque de prerrogativas e recursos alocados por estas instituições poderiam afetar a atração e a aderência de políticos movidos por ambições de carreira. Embora um estudo *cross-national* dos legislativos em pauta fuja ao escopo deste artigo, concordamos que a relevância institucional dos postos legislativos constitui uma variável promissora para explicar as estratégias de carreira pública empreendidas por membros da elite política.

Os achados relativos às diferenças partidárias na origem social dos deputados eleitos são similares aos resultados encontrados por Rodrigues (2002) para o caso brasileiro, identificando bases sociais de recrutamento distintas na escala ideológica da direita para a esquerda. Este trabalho procurou encontrar os nexos entre as bases soci-

ais de recrutamento partidário e os padrões de carreira política identificados entre os deputados eleitos por cada legenda para os respectivos legislativos nacionais. Foi possível detectar a presença de mecanismos do tipo *increasing-returns* (North, 1990), presentes nos modelos de seleção partidários, vinculando origens sociais e trajetórias institucionais dos ocupantes de cadeiras legislativas, conforme cada bancada.

A formação de um sistema de lealdade institucional resulta, para Panebianco (1990), do êxito do *núcleo dirigente* em controlar *zonas de incerteza* e mobilizar, quando necessário, mecanismos próprios de remuneração política, sejam identidades coletivas, sejam recursos materiais ou *status*. *Zonas de incerteza* podem ser compreendidas como pontos críticos que, ao serem controlados, fornecem os meios para a construção de identidades institucionais consistentes, como o acesso a recursos materiais, fontes de financiamento e mecanismos de recrutamento e seleção de candidatos a carreiras e postos políticos (*Idem*).

Carreiras são impulsionadas pela disponibilidade de recursos, como reputação pessoal, fontes de financiamento, experiência política, redes organizativas, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios e votos. Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios mais eficazes para a arregimentação de recursos estratégicos. Detendo recursos *próprios* – como prestígio, renda e relações estabelecidas pela ocupação profissional, os candidatos não dependem do aval partidário, podendo ignorá-lo com menor risco para o ingresso ou a continuidade em sua carreira. Inversamente, muitas vezes são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes. Carreiras políticas são, com isso, mais rápidas e descontínuas, oferecendo oportunidade para aspirantes com escassa ou pequena experiência política.

Inversamente, candidatos desprovidos de recursos sociais e materiais próprios dependem da organização partidária para fornecer os meios necessários de ingresso e mobilidade nos postos institucionais, reforçando um padrão de seleção *endógena* (Dogan, 1999; Mastropao, 1990). Carreiras adquirem a forma de um *cursus honorum* (Gaxie, 1993), em que, ingressando nos

níveis mais inferiores da hierarquia institucional, o tempo necessário para o aspirante percorrer, dos primeiros postos até posições nacionais, é, em regra, mais longo. Com uma reduzida circulação entre ocupantes de cargos, a progressão na hierarquia da carreira torna-se lenta. O postulante deve esperar, prudentemente, que se ofereça uma vaga, com poucas perspectivas de desafiar, com êxito, aos veteranos. Exatamente por dispor de menor volume de recursos eleitorais individuais, os candidatos são impelidos a trajetórias institucionais partidárias e à formação de lealdade organizacional com as legendas responsáveis por seu ingresso e sua mobilidade na carreira pública.

Para tanto, destaca-se a afirmação dos mecanismos partidários e representativos nas carreiras das elites políticas em regimes democráticos. As trajetórias das novas elites políticas do campo das esquerdas mostram padrões de filiação partidária definidas, carreiras políticas duradouras e acumulação de recursos políticos associativos e representativos.

Notas

- 1 Devido a motivos metodológicos do universo de estudo e das amostras partidárias, foram selecionados os partidos com maior representação parlamentar, que tinham bancadas com mais de 5% de cadeiras na câmara de deputados.
- 2 Usamos a expressão “partido conservador ou de direita” porque várias pesquisas empíricas mostram a relutância dos políticos pertencentes a esses partidos a se auto-identificarem na escala ideológica como sendo de direita, em profunda discrepância com a visão que têm deles seus colegas não conservadores pertencentes a partidos da esquerda (Mainwaring, Meneguello, Power, 2000, p. 53). Destarte, a análise de suas posições e atitudes políticas coincidem com um discurso conservador.
- 3 Os partidos Colorado e Nacional são conhecidos também como partidos tradicionais, com múltiplas tendências políticas no interior, desde o centro até posições mais conservadoras.
- 4 Ver sites www2.camara.gov.br; www.congreso.cl e www.parlamento.gub.uy.
- 5 Segundo uma pesquisa comparada em doze democracias avançadas no ano de 1992, as profis-

sões jurídicas representavam 18% dos legisladores nas câmaras de deputados, as médicas, 5%, e os engenheiros e arquitetos, 3% (Norris, 1996, p. 189).

- 6 Na pesquisa de Norris, empresários e comerciantes formavam 17% dos legisladores, enquanto produtores agropecuários, 3% (1996, p. 189).
- 7 Comparando com a pesquisa empreendida por Norris, cientistas sociais e econômicos, jornalistas e professores representavam 21% dos legisladores. Além disso, 11% dos deputados eram funcionários públicos, antes de atingir a cadeira legislativa (1996, p. 189).
- 8 Os dados comparados verificam as mesmas tendências. Na pesquisa de Norris (1996), os operários compunham 4% dos deputados, enquanto os trabalhadores *white collars* representavam 3%.
- 9 Numa pesquisa sobre a composição social dos deputados brasileiros (Rodrigues, 2002, pp. 64, 66), segundo classificações de ocupações na legislatura prévia do ano de 1998, os resultados das diferenças nos padrões partidários são semelhantes à nossa pesquisa para o PPB, PFL, PMDB, PSDB e PT. Destarte, no caso do PMDB, classificado como partido de centro, cabe assinalar que as diferenças com o estudo prévio não são nos resultados empíricos, mas na interpretação e na classificação da composição do partido. Nas duas pesquisas, o PMDB aparece com uma participação mais alta de empresários, profissionais liberais e funcionários públicos. Em relação à composição social, o PMDB está mais perto dos partidos de direita. Isto pode ser explicado pela participação maior de políticos conservadores em relação ao outro partido de centro, o PSDB. Essa é uma questão que deverá ser aprofundada em futuras pesquisas.
- 10 Vale ressaltar que a diferença com o caso uruguai pode ser explicada pelo método de coleta de dados, que, além das biografias, se baseou em enquetes pessoais.

BIBLIOGRAFIA

- AMES, Barry. (2003), *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- BARTOLINI, Stefano. (1994), “Tiempo y investigación comparativa”, in Giovanni Sar-

- tori e Leonardo Morlino, *La comparación en las ciencias sociales*, Madrid, Alianza Editorial.
- BEST, Heinrich & COTTA, Maurizio. (2000), *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000*. Oxford, Oxford University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), "A representação política: elementos para uma teoria do campo político", in _____, *O poder simbólico*, Lisboa, Bertrand.
- BOWLER, Shaun; FARRELL, David & KATZ, Richard. (1999), "Party cohesion, party discipline and parliaments", _____, *Party discipline and parliamentary government*, Ohio, Ohio State University.
- CAREY, John. (2002), "Parties, coalitions and the Chilean Congress in the 1990s", in Scott Morgenstern e Benito Nacif, *Legislative politics in Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CAREY, John & SHUGART, Matthew. (1996), "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. *Electoral Studies*, 13 (4): 417-439.
- COLLOVALD, Annie. (1985), "La république du militant: recrutement et filières de la carrière politique des députés socialistes", in Pierre Birnbaum (ed), *Les élites socialistes au pouvoir, 1981-1985*. Paris, Presses Universitaires de France.
- COLOMER, Josep (ed.). (2004), *Handbook of electoral system choice*. Nova York/Londres, Palgrave-Macmillan.
- CRISP, Brian; ESCOBAR-LEMMON, Maria; JONES, Bradford; JONES, Mark & TAYLOR-ROBINSON, Michelle. (2004), "Vote-seeking incentives and legislative representation in six presidential democracies". *The Journal of Politics*, 66 (3): 823-846.
- DOGAN, Mattei. (1999), "Les professions propices à la carrière politique", in Michel Offerlé, *La profession politique, XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Belin.
- FIORINA, Morris. (1997), "Professionalism, realignment and representation". *American Political Science Review*, 91 (1): 156-162.
- GAXIE, Daniel. (1993), *La démocratie représentative*. Paris, Montchrestien.
- GAXIE, Daniel & OFFERLÉ, Michael. (1985), "Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir: capital collectif et carrière politique", in Pierre Birnbaum (ed.), *Les élites socialistes au pouvoir, 1981-1985*, Paris, Presses Universitaires de France.
- KATZ, Richard. (2001), "The problem of candidate selection and models of party democracy. *Party Politics*, 7: 277-296.
- KIRCHEIMER, Otto. (1980), "Las transformaciones de los sistemas de partidos en Europa occidental", in, Kurt Lenk e Franz Neumann (eds.), *Teoria y sociología críticas de los partidos políticos*, Barcelona, Anagrama.
- MAINWARING, Scott. (1999), *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING Scott; MENEGUELLO, Raquel & POWER, Timothy. (2000), *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Paz e Terra.
- MARENCO, André. (2001), "Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (45): 69-83.
- _____. (2002), "Le renouveau politique: carrières politiques et liens de parti au Brésil (1946-2002)". *Politique et Sociétés*, 23 (2): 109-133, Montreal.
- _____. (2005), "Still a traditional political class? Patterns of parliamentary recruitment in Brazil". *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 30 (60): 13-40.
- MASTROPAOLO, Alfio. (1990), "Parlamenti e parlamentari negli anni ottanta". *Rivista Italiana di Scienza Politica*, XX (1): 29-72.

- MICHELS, Robert. (1982), *A sociologia dos partidos políticos*. Brasília, Editora da Unb.
- NAVIA, Patricio. (2004), "Legislative candidate selection in Chile". Trabalho apresentado no simpósio "Pathways to power: political recruitment and democracy in Latin America", Graylyn International Conference Center Wake Forest University, Winston-Salem, NC, abr.
- NORRIS, Pippa. (1996), "Legislative recruitment", in Lawrence LeDuc, Niemi Richard G. e Norris Pippa, *Comparing democracies*, Londres, Sage Publications.
- _____. (1997), *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2002), "Ballot structures & legislative behavior". Trabalho apresentado na conferência *Exporting congress on world legislatures*, Florida International University.
- _____. (2004), *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge, Cambridge University Press.
- NORTH, Douglass. (1990), *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OFFERLÉ, Michael. (1989), "Mobilization électorale et invention du citoyen: l'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX^e siècle", in Daniel Gaxie, *Explication du vote: un bilan des études électorales en France*, Paris, Presses FNSP.
- _____. (1999), *La profession politique (XIX^e-XX^e siècles)*. Paris, Belin.
- PANEBIANCO, Ângelo. (1990), *Modelos de partidos: organización y poder en los partidos políticos*. Madri, Alianza.
- PENNINGS, Paul & HAZAN, Reuven. (2001), "Democratizing candidate selection: causes and consequences". *Party Politics*, 7: 267-275.
- POLSBY, Nelson. (1968), "The institutionalization of U.S. House of representatives". *American Political Science Review*, LXII: 144-168.
- POWER, Timothy & MOCHEL, Marilia. (2006), "Shaping the Brazilian political class: causes and consequences of recruitment to the Chamber of Deputies". Trabalho apresentado no III Encontro da Associação Latino-americana de Ciência Política, Campinas, ago.
- RODRIGUES Leônicio Martins. (2002), *Partidos, ideología e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara de Deputados*. São Paulo, Edusp.
- ROSE, Richard. (2000), *International encyclopedia of elections*. Washington, Congressional Quarterly Press.
- SALCEDO, Rodrigo. (2005), "La élite política de la concertación: reproducción o reemplazo", in Paulo Hidalgo (ed.), *Política y sociedad en Chile: antiguas y nuevas caras*. Santiago do Chile, Catalonia.
- SAMUELS, David. (2003), *Ambassadors of the state: political ambition, federalism and congressional politics in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SANTOS, Fabiano. (2000), "Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999", in Renato Boschi, Eli Diniz e Fabiano Santos, *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.
- SARTORI, Giovanni. (1994), "Comparación y método comparativo", in Giovanni Sartori e Leonardo Morlino, *La comparación en las ciencias sociales*, Madri, Alianza Editorial.
- SAWICKI, Fréderick. (1999), "Classer les hommes politiques: les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionalization politique", in Michel Offerlé, *La profession politique, XIX^e-XX^e siècles*. Paris, Belin.

SERNA, Miguel. (2004), *Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo, Edusc.

WEBER, Max. (1984), “Política como vocação”, in _____, *Ciência e política: duas vocações*, São Paulo, Cultrix.

WRIGHT MILLS, C. (1989), *La élite del poder*. 10 ed. México, Fondo de Cultura Económica.

POR QUE CARREIRAS POLÍTICAS NA ESQUERDA E NA DIREITA NÃO SÃO IGUAIS? RECRUTAMENTO LEGISLATIVO EM BRASIL, CHILE E URUGUAI

André Marenco
Miguel Serna

Palavras-chave:

Recrutamento legislativo; Carreiras políticas; Partidos; Eleições; Política comparada.

Este artigo pretende oferecer uma explicação para diferentes padrões de recrutamento legislativo, associando modelos de carreiras políticas, baseados em recursos personalizados ou partidários, às diferentes estratégias partidárias de seleção dos candidatos, de acordo com [1] posição ideológica, [2] tempo da existência de cada organização; e, [3] mobilização de recursos sociais individuais ou coletivos das organizações e de associações sociais. Nesta perspectiva, partidos de esquerda apresentariam composição social mais pluralista, bem como vínculos partidários mais duráveis e prévios ao ingresso na carreira política. Em contraste, estruturas tradicionais recrutam seus candidatos baseados em capital eleitoral pessoal e carreiras construídas previamente e fora das organizações partidárias. Finalmente, a idade dos diferentes partidos representa uma variável relevante para a definição de padrões das carreiras políticas: partidos dotados de longevidade temporal seriam mais capazes de impor trajetórias endógenas a seus candidatos.

WHY LEFT AND RIGHT DO NOT HAVE THE SAME POLITICAL CAREERS? LEGISLATIVE RECRUITMENT IN BRAZIL, CHILE, AND URUGUAY

André Marenco
Miguel Serna

Keywords

Legislative recruitment; Political careers; Parties; Elections; Comparative politics.

POURQUOI DES CARRIÈRES POLITIQUES DE GAUCHE ET DE DROITE NE SONT-ELLES PAS ÉGALÉS? RECRUTEMENT LÉGISLATIF AU BRESIL, AU CHILI ET EN URUGUAY

André Marenco
Miguel Serna

Mots-clés

Recrutement législatif; Carrières politiques; Partis; Élections; Politique comparée.

The article identifies models of political careers to explain different patterns of legislative recruitment. The models examines different partisan strategies of candidates selection, according to [1] ideological position, [2] time of existence of each party organization; and [3] mobilization of individual resources or collective social resources of organizations and social associations.

In this perspective, left parties would present further social pluralism in benches composition, as well as more durable and previous partisan bonds to the beginning of the political career candidates. In contrast, traditional partisan structures recruiting its candidates with personal electoral capital and political careers constructed previously and out to the party bonds.

Furthermore, the time of existence of each party is an important variable to explain political careers patterns. Longevities political parties have the most endogenous partisan recruitment of its candidates.

Cet article prévoit pour offrir une explication pour différents modèles du recrutement législatif, associant des modèles des carrières politiques, basés dans les ressources personnalisées ou partisanes, à différentes stratégies partisanes de choix de candidats, selon [1] position idéologique, [2] temps de d'existence de chaque organisation de partie; et, [3] mobilisation ressources sociales de individuels ou collectives des organismes et des associations sociales.

Dans cette perspective, les parties de gauche présenteraient davantage de pluralisme social met hors jeu dedans la composition, aussi bien que des liens partisans plus durables et plus précédents au commencement des carrières politiques des candidats. En revanche, les structures partisanes traditionnelles recrutant ses candidats avec ressources électorales personnelles, construites précédemment et dehors aux partis. Finalement, l'age d'existence des différentes partis représente une variable importante pour la définition des modèles de carrières : les partis dotées de longévité temporelle sont plus capables de imposer trajectoires endogènes à ses candidats.